O cansaço de novembro e a urgência da ação



» LUIZ ALBERTO SILVA
Presidente Nacional da Nova Frente Negra Brasileira

Chega o mês de novembro e a engrenagem midiática e institucional entra em looping: todo mundo passa a falar sobre racismo. Confesso que ando cansado da dinâmica ritualística e disciplinar que nos reduz a revisitar, anualmente, figuras históricas como Zumbi, Dandara ou Acotirene. Esses símbolos de resistência são instrumentalizados por um pacto da branquitude que, convenientemente, mexe com a pretitude apenas por 30 dias. Nesse período, os poucos negros validados pelo eurocentrismo ganham assento nos debates, enquanto passam o restante do ano no ostracismo imposto por essa mesma branquitude.

Por isso, recuso o lugar-comum. Não falarei aqui sobre o antirracismo de fachada ou sobre as engrenagens do pacto racial; prefiro encarar o abismo da chamada reparação histórica. Causa espanto ver certa euforia com uma suposta reparação financeira de R$ 20 bilhões, pagos ao longo de 20 anos — uma verdadeira esmola diante da atrocidade incalculável que foi a escravidão. O Brasil foi a última nação ocidental a abolir o cativeiro. Mas, a bem da verdade, a escravidão nunca foi extinta; ela apenas foi remaquiada. Hoje, manifesta-se na exploração implacável de trabalhadores/as subordinadas/os a algoritmos de aplicativos, em condições que a lei timidamente classifica como subemprego, mas que não passam da velha escravidão nua e crua, adaptada aos "novos tempos".

A eleição de 2026 reafirmou o papel central do povo negro na construção da democracia brasileira e na manutenção de projetos políticos voltados à inclusão e à justiça social. Historicamente a espinha dorsal dos movimentos populares no Brasil, a população negra — que compõe a maioria no país — consolidou-se mais uma vez como a força decisiva na recondução de Luiz Inácio Lula da Silva ao Palácio do Planalto.

O apoio expressivo do eleitorado negro a Lula reflete uma memória coletiva de avanços concretos e uma resposta defensiva contra retrocessos. Foi sob governos progressistas que a população preta e parda viu a ampliação de políticas públicas de ação afirmativa, como as cotas nas universidades públicas e nos concursos federais, além do fortalecimento do combate à fome e da valorização do salário mínimo. Das periferias aos territórios quilombolas, a mobilização de base dos movimentos sociais negros atuou no combate à desinformação e no engajamento eleitoral, garantindo a sustentação política do projeto vitorioso.

No entanto, essa aliança histórica não se deu sem tensões e contradições. Ao longo do mandato, importantes setores dos movimentos negros ergueram críticas contundentes à lentidão na pauta da reparação histórica. A regularização e titulação de terras quilombolas seguiu em ritmo lento, a violência policial contra a juventude negra continuou em patamares alarmantes e os mecanismos institucionais de reparação econômica e social ficaram aquém das expectativas geradas no início da gestão.

Outro ponto de forte desgaste foi a representatividade no primeiro escalão do governo. Apesar dos discursos de diversidade, a presença negra nos ministérios permaneceu pontual e vulnerável a trocas de conveniência política. A ausência de uma política afirmativa concreta ou de metas claras para a composição dos ministérios — que mantiveram o poder decisivo e os grandes orçamentos majoritariamente em mãos brancas — gerou insatisfação e a percepção de que a inclusão racial ainda é tratada de forma secundária na distribuição real de poder.

Por fim, a vitória eleitoral renova um pacto marcado por cobranças diretas. A reeleição de Lula carrega a urgência de superar o plano das intenções e avançar em ações estruturais de combate ao racismo. O povo negro garantiu a vitória nas urnas, mas reafirmou sua posição como sujeito político autônomo, exigindo que a reparação histórica e a representatividade nos altos cargos deixem de ser promessas de campanha e se tornem prioridades reais de governo.

Diante disso, nós, pessoas negras, precisamos decretar o fim da era dos debates e das reflexões sem fim; disso o nosso povo já está farto. É hora de transitar para a mobilização concreta, aproveitando o momento político para enxergar o que significa agir a partir de um perigo iminente, que a população negra enfrenta há séculos, anestesiada pela sobrevivência compulsória. Sobreviver já não basta. Precisamos conviver, protagonizar, ocupar espaços de poder e construir a inclusão pelas próprias mãos, sem esperar migalhas de quem mantém esse sistema há séculos. A mudança estrutural exige a nossa união, a projeção de novas expectativas e a consolidação de perspectivas reais de avanço político e financeiro. O futuro do nosso povo depende exclusivamente de nós.



Maurenilson/CB

O voto brasileiro



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

A democracia é o pior regime de governo, excetuados todos os outros. A frase é de Winston Churchill. É uma verdade incontestável. A guerra contra o Irã, que as forças armadas dos Estados Unidos não conseguiram resolver, provocou a derrota de Donald Trump. Os eleitores colocaram os democratas na frente de governos, fizeram a maioria nas duas casas do Congresso e ainda elegeram sete brasileiros para câmaras estaduais. O Partido Democrata alcançou feito só comparável à vitória obtida em pleito após o escândalo de Watergate, quando repórteres do Washington Post descobriram que o então presidente Richard Nixon havia determinado a invasão do escritório do Partido Democrata.

Na eleição deste ano, a recomendação da oposição foi a seguinte: vote como os brasileiros. A formidável e surpreendente vitória de Lula contra a extrema-direita no Brasil foi ponto de honra. Exemplo para o eleitor norte-americano. Deu certo. Os democratas conquistaram cadeiras no Senado em estados onde não venciam há décadas. No Kansas, a vitória de Adam Hamilton é a primeira do partido na disputa pelo Senado desde 1932. No Texas, James Talarico se tornou o primeiro democrata a vencer desde 1988. Na Carolina do Sul, Annie Andrews deu ao partido a primeira cadeira no estado desde 1998. No Maine, o democrata Troy Jackson derrotou a republicana Susan Collins, que ocupava o cargo havia quase 30 anos.

A disputa no Texas foi a mais cara da história fora de uma eleição presidencial, com mais de meio bilhão de dólares gastos em publicidade. O bilionário Elon Musk investiu mais de US$ 200 ilhões para apoiar o republicano Ken Paxton, que perdeu. Mais de 100 mulheres democratas foram eleitas para o próximo Congresso, o maior número da história, segundo a Bancada de Mulheres Democratas.

A estratégia republicana de redesenhar distritos para ampliar a vantagem na Câmara não deu o resultado esperado em estados-chave. Nos EUA, os mapas distritais costumam ser refeitos depois do Censo, para refletir mudanças na população. Pressionados por Donald Trump, estados governados por republicanos fizeram redesenhos para dificultar a retomada da Câmara pelos adversários. No Texas, democratas venceram em três dos cinco distritos alterados. Na Flórida, ficaram com três dos quatro redesenhados.

A eleição nos Estados Unidos é diferente da realizada no Brasil. Não há um documento de identidade nacional. Cada estado, ou condado, decide que documento é válido para o eleitor exercer seu direito de voto. Também não há um método uniforme de votação e de apuração. Em alguns estados, a eleição é feita em cédulas de papel. E a apuração é manual. Em outros, existe urna eletrônica. Mas quem faz a apuração, por consenso, é a Associated Press, uma agência de notícias particular. É assim, desde a independência do Texas, e sua posterior incorporação aos Estados Unidos, em 1846, quando a AP começou a transmitir notícias. A agência faz as projeções que são aceitas em todo país. Não há contestação. Donald Trump reconheceu a vitória dos adversários. "Eles trabalharam bem", comentou.

Visto de Brasília, o resultado das eleições norte-americanas significa alívio. As negociações com o pessoal de Brasília deverão ser mais amenas, até porque os postulantes à sucessão de Trump viram surgir uma barreira enorme para chegar à Casa Branca na sucessão do chefe. Marco Rubio, secretário de Estado, cubano ressentido, terá que fazer concessões aos brasileiros que, segundo o eleitor norte-americano, encararam o fascismo e conseguiram derrotar o monstro autoritário. As tarifas impostas por Trump estarão sob intensa crítica em todo mundo.

Juros e dívida pública — O Banco Central decidiu manter a taxa Selic, que determina os juros no país, em 13,75% ao ano. É a maior do mundo, acima da taxa praticada na Rússia, país que está em guerra. A interessante crítica de André Lara Resende, que foi presidente do Banco Central, é oportuna. O governo brasileiro pagou, ano passado, R$ 1,007 trilhão a título de juros da dívida interna, contraída em bancos brasileiros. No mesmo período, o governo gastou R$ 170 bilhões com o pagamento do Bolsa Família.

Mais complicado ainda é que, sem o pagamento da taxa de juros, que é a maior despesa do governo, a relação entre receita e despesa é equilibrada. O que causa desequilíbrio é justamente a taxa de juros. A Selic, enlouquecida, na prática, funciona como uma Bolsa Família para investidores. Eles estão protegidos da inflação, porque seus rendimentos são indexados à Selic. Se forem desindexados, como investidores pretendem fazer com salários, aposentadorias e pensões, o país resolve o problema. O governo gastou seis vezes mais com o pagamento de juros, do que com o Bolsa Família. Os números não mentem.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // *circecunha.df@dabr.com.br*

Uma promessa escrita em 1848

Em fevereiro de 1848, Karl Marx e Friedrich Engels publicaram o *Manifesto Comunista*. O texto abria com a frase mais famosa do movimento: "Um espectro ronda a Europa". Era um panfleto breve, escrito com talento literário, que oferecia uma explicação total da história como luta de classes e uma promessa moral. O capitalismo, diziam seus autores, reduzia o trabalhador a peça de engrenagem. A abolição da propriedade privada dos meios de produção devolveria ao ser humano o tempo, a criatividade e a dignidade.

Realidade brutal

A Europa industrial do século 19 tinha jornadas de 14 horas, trabalho infantil e cortiços miseráveis. Muita gente de boa-fé enxergou ali uma injustiça que pedia remédio. Quem quiser julgar o comunismo com honestidade deve começar por esse ponto: a ideia atraiu pela sua promessa, e não pela sua crueldade.

Oratio et Praxis

O próprio *Manifesto* previa que o proletariado usaria o poder político para centralizar os instrumentos de produção nas mãos do Estado. Esse Estado, segundo a teoria, "definharia" depois. Foi o que nunca aconteceu. Em nenhum lugar onde o programa foi aplicado o Estado definhou. Ele cresceu até controlar o salário, o emprego, a moradia, a imprensa, a escola e, por fim, a consciência.

1917: do papel ao poder

Entre o *Manifesto* e a Revolução de Outubro de 1917, passaram-se 69 anos. Em fevereiro daquele ano, uma insurreição popular derrubou o czar Nicolau II. Em outubro, os bolcheviques de Lênin tomaram o poder com o lema "Pão, Paz e Terra". Retiraram a Rússia da Primeira Guerra, estatizaram fábricas e socializaram terras.

Vermelhos e brancos

A Assembleia Constituinte eleita em 1917 teve maioria de partidos não bolcheviques e foi dissolvida pela força em janeiro de 1918. A polícia política, a Tcheka, nasceu em dezembro de 1917. O Terror Vermelho foi proclamado oficialmente em 1918. Seguiu-se a guerra civil entre vermelhos e brancos até 1921. A fome daquele ano matou milhões, e o regime só evitou o colapso recuando para a nova política econômica, uma concessão ao mercado que os próprios líderes consideravam temporária.

Expurgo

Em 1922, nasceu a União Soviética. Em 1932-33, a coletivização forçada do campo provocou a grande fome que atingiu a Ucrânia, o Holodomor, hoje reconhecido como genocídio por dezenas de países. Em 1937-38, o Grande Expurgo levou a cerca de 680 mil execuções documentadas nos arquivos soviéticos. Esse é um dos poucos números sobre os quais a historiografia tem alguma segurança, porque vem dos registros do próprio aparato repressor. O Gulag completa o quadro: milhões de pessoas passaram por campos de trabalho forçado, e centenas de milhares morreram neles.

Com cautela

94 milhões de mortos no mundo foi o que publicou na França o *Livro Negro do Comunismo*, em 1997. O número tornou-se bandeira, e também alvo. Dois dos próprios coautores, Nicolas Werth e Jean-Louis Margolin, discordaram publicamente da insistência do organizador, Stéphane Courtois, em chegar perto dos 100 milhões. Hoje, as estimativas globais variam de algo em torno de 10 a 20 milhões, nas contagens mais restritas, a mais de 100 milhões, nas mais amplas. A diferença depende de definições: conta-se só execução direta ou também fome e doença? Inclui-se morte em guerra civil?

Controvérsias

Quem cita um número fechado sem dizer isso engana o leitor. O que a documentação permite afirmar sem controvérsia é que as mortes foram de muitos milhões, e que uma parte substancial decorreu de decisões políticas deliberadas ou de indiferença criminosa diante de fomes previsíveis. Nenhuma dessas ressalvas torna a conta menos pesada. Elas apenas a tornam verdadeira.

A frase que foi pronunciada:

A fome foi empregada deliberadamente como instrumento de política nacional, como último recurso para quebrar a resistência do campesinato ao novo sistema, no qual são desprovidos da propriedade pessoal da terra e obrigados a trabalhar nas condições que o Estado lhes impõe, entregando tudo o que o Estado exige.

William Henry Chamberlin

História de Brasília

A "operação limpeza" foi o primeiro trabalho do sr. Sávio Pereira Lima na direção do Hospital Distrital. Tanto assim que ontem os vidros estavam tão limpos que o ex-secretário do Interior, dr. Luiz Torres, ao tentar atravessar uma porta, somente depois de acidentado soube que se tratava de uma parede de vidro. **(Publicada em 27/5/1962)**